



MEC/IBC/DTE/DDI
ANO IV
NÚMERO 22
MAIO/JUNHO 2017

BOLETIM

Centro de Estudos e Pesquisas do Instituto Benjamin Constant

Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação

A Psicologia no IBC e suas interlocuções com outras áreas

O “Trocando Ideias” conversou com Andréa Mazarro, psicóloga do IBC



#PraCegoVer: Foto da Psicóloga do IBC, Andréa Mazarro em sua mesa de trabalho. Ao fundo, livros e quadros organizados no chão.

Cultura para todos verem

O professor Flávio Antonio de Souza França traz um resumo do filme que conta a vida do conturbado, porém habilidoso e brilhante Ray Charles, um dos maiores nomes do mercado fonográfico americano. Pg. 09

O que há de novo?

Pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG) desenvolveram um aplicativo chamado “Olho Eletrônico”, que é capaz de descrever ambientes e ler textos para cegos. Pg. 07

Conhecendo o IBC

Conheça o trabalho realizado pela Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional, chefiada por Ana Maria Nóbrega e supervisionada por Mercia Ferreira de Souza, Pg. 08

Divulgando

II SIMPÓSIO ALÉM DO OLHAR: FORMAÇÃO DE CONCEITOS E A DEFICIÊNCIA VISUAL

Na programação estão previstos palestras, mesas-redondas, apresentação de pôsteres e do coral do IBC.

Dia 11/08, de 8:00 as 17:00, na UFF, Campus Gragoatá, Niterói.

VI CBE – Congresso Brasileiro de Educação

Debate, apresentação e divulgação do conhecimento produzido pelas pesquisas sobre políticas, programas e projetos de formação de professores

De 26 a 29 de Junho, na UNESP, Campus Bauru.

E no IBC?

Nesta edição, a coluna “E no IBC” traz um panorama geral das diferentes áreas de interesse em pesquisas relativas à deficiência visual. Pg. 07

Saiba mais

O saiba mais desta edição traz algumas sinopses de pesquisas relativas à psicologia na educação de pessoas com deficiência visual. Pg. 05

TROCANDO IDEIAS

Andréa Mazzaro é Psicóloga do IBC e mestranda em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ- IMS.

1. Você poderia contar um pouco sobre sua formação profissional e o que a motivou a optar pela Psicologia Escolar e Educacional?

Graduei-me, no ano de 1996, pela Universidade Gama Filho (UGF). No início trabalhei como psicóloga contratada na Academia de Polícia Militar Dom João VI, da PM-RJ, onde antes havia feito estágio em 1994. O trabalho consistia na avaliação psicológica dos soldados aprovados no concurso público, sendo esta avaliação, uma das etapas. Após a minha saída dessa academia, dediquei-me integralmente ao consultório, antes de ingressar no IBC.

Com relação ao que me motivou para a área escolar, na realidade não foi uma opção. Acredito que tenha se iniciado como uma trajetória na busca de um entendimento.

Já na época do consultório, uma demanda muito específica chegava até mim: os encaminhamentos que algumas escolas faziam para o psicólogo, decorrentes do “fracasso escolar” de algumas crianças e jovens. Esta demanda me fez buscar por uma especialização na área de Psicopedagogia, em 2000, na UFRJ.

Nessa busca, eu tentava entender o contexto institucional onde o fenômeno dos encaminhamentos acontecia, ou seja, as escolas. No entanto, a Psicopedagogia é uma área muito voltada para o contexto clínico, sendo a Psicopedagogia Institucional abordada de maneira menos aprofundada. Eu sentia que era necessário atuar junto às escolas e não somente no aluno e em sua família, mas como a minha área de atuação na época era o consultório, as minhas idas às escolas eram basicamente conversas muito específicas sobre os meus clientes, deixando de lado o contexto escolar, o que acabei por aperfeiçoar no IBC.

2. Descreva um pouco da sua trajetória profissional no IBC.

Ingressei no Instituto Benjamin Constant, no ano de 2013, por Concurso Público. Desde o meu ingresso sempre trabalhei na Escola, aqui denominada DED (Departamento de Educação) e, especificamente, a minha atuação é vinculada à DOE (Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonaudiológica).

Foi quando comecei a perceber o difícil lugar do psicólogo em uma instituição escolar. Somos convocados, a todo instante, para resolver os problemas

de disciplina e aprendizagem dentro da escola. E, realmente, este NÃO é o nosso lugar. O psicólogo escolar atua no contexto das relações Institucionais, nos diversos tipos de vínculos existentes dentro de uma instituição. Ele não faz, nem ensina a fazer, na realidade busca fornecer subsídios para que o outro tenha coragem e faça.” O “fracasso escolar” e a “queixa escolar” são entendidos por mim como sintomas, os quais precisam ser analisados dentro de um contexto sociocultural, não como uma dificuldade somente do aluno.

Para ilustrar, vou mencionar um exemplo. Já aconteceu de um aluno(a) ter dificuldade em uma matéria simplesmente porque a linguagem do professor(a) era rebuscada e o aluno(a) não conseguia entender o vocabulário do professor(a). Bastou uma breve conversa com este(a) profissional para que ele(a) entendesse, com muita sensibilidade, que seria necessário adequar o seu vocabulário ao do aluno(a). Depois dessa conversa, o aluno(a) veio me procurar e disse que ainda estava com bastante dificuldade, mas que o relacionamento dos dois havia melhorado bastante.

Antes, esse aluno(a) mal conseguia se aproximar do professor(a), ele(a) projetava a sua dificuldade na matéria no profissional, fantasiando que o professor(a) possuía um vínculo persecutório com relação a ele(a). Por outro lado, o(a) docente acreditava que o aluno(a) era uma pessoa insolente. Ao fornecer uma escuta, tanto para o profissional quanto para o aluno, percebi que o problema estava literalmente na diferença de linguagem entre eles. Bastou uma pequena adaptação do(a) docente para que o relacionamento dos dois se transformasse. Observe, quem realizou o processo foi o professor(a), eu só dei subsídios para que ele(a) fizesse.

3. Em quais pontos de atuação divergem as profissões do pedagogo, do psicopedagogo e do psicólogo no contexto escolar?

As divergências estão na formação. O Pedagogo tem a sua formação na graduação, assim como o Psicólogo. O Psicopedagogo tem a sua formação em nível de especialização. A sua formação, que não precisa ser, necessariamente, em Psicologia ou Pedagogia, pode ser em qualquer área. Quanto à área de atuação, principalmente nas escolas, tais profissões apesar de distintas, convergem e se complementam.

O Pedagogo atua nos processos relacionados ao ensino e à aprendizagem. Pode trabalhar tanto como Professor, quanto na gestão escolar. Na gestão, ele organiza desde o calendário letivo, atividades culturais e coordenação de conselhos de classes até a

reforma de currículos e o desenvolvimento de projetos pedagógicos. É importante ressaltar que seu espaço de atuação não se reduz às escolas. Encontramos pedagogos em diversas instituições tais como, hospitais e empresas de diferentes ramos.

O Psicopedagogo, no contexto da escola, tem o seu objeto de estudo e atuação nas dificuldades e entraves no processo de aprendizagem, buscando meios pedagógicos e emocionais para que estes processos sejam facilitados e mais prazerosos. Também pode atuar na clínica e, neste caso, ele busca investigar quais os processos subjacentes a estes entraves, sejam eles emocionais, culturais ou sociais.

O Psicólogo Escolar atua nas relações Institucionais, nos vínculos existentes dentro da instituição sejam eles família-escola, professor-aluno, gestão -professores, equipe técnica, assistentes de alunos. Todos que trabalham na escola são de algum modo, educadores. Neste contexto, a perspectiva de análise do Psicólogo é clínica, no sentido de buscar o sintoma nas relações existentes dentro do contexto institucional e não especificamente nas pessoas, atuando desse modo, nas causas.

As relações são percebidas e entendidas dentro de uma dinâmica social, cultural e política. Buscando o entendimento da dinâmica das forças de poder e o papel que elas exercem sobre as forças mais fracas, para poder atuar na tentativa de minimizar a diferença entre elas, melhorando e fortalecendo os vínculos.

4. Qual o papel e/ou importância do psicólogo dentro de uma escola especializada como o IBC e o que você destacaria como importante em relação ao trabalho com pessoas com deficiência visual?

Acredito que a maior importância do Psicólogo dentro da escola especializada é ser um agente de mudança que proporcione a melhoria dos vínculos Institucionais, para que o processo de inclusão de nossos jovens e crianças seja realizado de maneira mais eficiente e tranquila para todos.

Entretanto, para que isso aconteça, o Psicólogo sozinho não consegue nenhum avanço. É necessária a participação de toda a comunidade escolar. Quando eu vejo os professores, o pessoal da biblioteca, brinquedoteca, realizando oficinas de brincadeiras com as crianças, de leitura, exposições, salada cultural, oficina de pipas, carnaval no DED, ou quando juntos, fazemos uma sessão pipoca de cinema para os responsáveis, fico muito feliz, pois noto o quanto esses profissionais percebem e valorizam a importância dos vínculos positivos entre eles e seus alunos, para que o processo pedagógico flua de maneira mais eficiente.

É claro que temos muitos problemas e dificul-

dades e não estou aqui floreando, no entanto, é inegável o esforço da maioria dos professores e outros profissionais para que o vínculo com seus alunos melhore significativamente.

Como trabalho importante em relação ao deficiente visual, eu destacaria a escuta da família e a inclusão dela, no processo de fornecimento de informações, para que se sintam mais seguros para lidar com as características específicas dos deficientes visuais e possam entender a importância do lugar que eles têm no processo de desenvolvimento e autonomia do DV. Esse é um trabalho em nível institucional, não só da psicologia.

5. Como a psicologia escolar pode contribuir para a qualidade do processo de ensino/aprendizagem para o aluno cego e aluno com baixa visão?

Penso que a maior contribuição da Psicologia para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem é criar espaços de discussão, onde os alunos possam expor suas singularidades. Esses espaços funcionam através de oficinas temáticas, de acordo com a demanda deles (alunos) e, para reconhecer a demanda, o Psicólogo tem que estar atento aos “sintomas” institucionais e esta não é uma tarefa fácil.

De que maneira o psicólogo pode reconhecer os sintomas?

Bem, se temos uma queixa recorrente, por exemplo, de alunos que recusam o uso da bengala, busco criar um espaço onde eles possam falar disso. Só que isso nem sempre é possível ou fácil. No entanto, dentro desta perspectiva, surgiu o Projeto de Vida. Este Projeto é um lócus onde os alunos expõem as suas angústias com relação à transição da escola especial para a escola regular. Surgiu a partir de uma demanda institucional que eu entendi como um sintoma. Muitos alunos do nono ano eram encaminhados para a Psicologia e ao invés de atendê-los individualmente, resolvi começar com eles um grupo. Neste grupo estavam os encaminhados e os não encaminhados.

Começou bem tímido em 2014, com umas idas irregulares às salas dos alunos do nono ano, para conversarmos sobre suas angústias. Aos poucos, outras pessoas abraçaram o Projeto e, atualmente, ele é coordenado por mim e pela enfermeira Aline Amand, com o Apoio da professora Luciana de Geografia e do Professor Victor Luís, chefe da DOE.

Como resultado, tivemos uma diminuição a nível zero de alunos do nono ano encaminhados para a Psicologia e a coordenadora do NAPNE do Colégio Pedro II, principal colégio para onde nossos alunos vão quando saem do IBC, Maria Aparecida Lima, nos



disse que os alunos têm chegado ao Pedro II mais seguros.

Também realizo oficinas sistemáticas com os responsáveis e com os assistentes de alunos. Só estão faltando os professores, sinto falta de um trabalho em grupo com eles.

6. Sabemos que o psicólogo escolar não realiza atendimento clínico, sendo assim, qual procedimento adotado no caso de observar alguma dificuldade ou problema em algum aluno? Até que ponto ele pode e deve intervir?

Para responder a esta pergunta, primeiro é necessário esclarecer o que é um atendimento clínico. Este tipo de atendimento é realizado num setting neutro, cujo processo de investigação é focado no cliente, em seus processos inconscientes (a minha abordagem é psicanalítica) e em seu contexto de relações interpessoais. Temos dois complicadores aqui. É impossível dentro do ambiente escolar, cujo psicólogo faz parte do quadro de funcionários da instituição, manter-se neutro. Outro complicador, é que se psicólogo atua dentro da escola e direciona o seu foco de atendimento somente no aluno e em sua família, estaria a serviço de uma escola excludente.

Nesse contexto, toda escola e o cenário socio-cultural desse aluno tem que ser analisado. Quando um aluno é encaminhado para a Psicologia, tenho que entrevistar o professor, o aluno, o responsável e todos os outros profissionais que estejam envolvidos, de alguma forma, com este aluno. Precisamos ver se este aluno está com dificuldade de relacionamento com outro aluno, com o professor, se o material didático que está sendo utilizado é o mais adequado. O olhar do psicólogo é clínico, mas a nível institucional, observando qual o sintoma da instituição.

Respondendo a outra parte da pergunta, algumas vezes é inegável que a dificuldade está no aluno. Se, após toda uma investigação, for detectado que o aluno está passando por uma dificuldade pessoal ou familiar, o psicólogo pode e deve intervir. De que maneira? Proporcionando um espaço de escuta para esse aluno ou para sua família até que seja possível fazer um encaminhamento. Um encaminhamento tem que ser feito de maneira muito cuidadosa, eu costumo dizer que é necessário construir um encaminhamento. Já aconteceu de eu acompanhar uma aluna com sérios problemas familiares e só conseguir encaminhá-la alguns meses depois. Ela e, principalmente a sua família, precisaram se conscientizar da necessidade do encaminhamento.

7. Quais as ferramentas ou métodos utilizados

para que você, como psicóloga escolar, consiga ter acesso aos alunos sem invadir a privacidade deles e de suas famílias?

A privacidade do aluno e de sua família só será acessada até onde eles permitirem, nem mais nem menos. Neste caso específico, a minha maior ferramenta é a escuta.

Agora, com relação ao trabalho no contexto escolar, as minhas ferramentas são: rodas de conversa, grupos operativos, dinâmicas de grupo, filmes, músicas, textos, vídeos, palestras, desenhos, ou qualquer atividade cujo objetivo seja fazer emergir a expressão da subjetividade nas pessoas.

8. O que tem sido mais estimulante e desafiador em sua atuação profissional no IBC?

O maior desafio é saber o modo de atuar e qual o meu lugar, em uma rede de ajuda, com relação aos nossos alunos que, atualmente, têm um perfil que é formado por crianças e jovens com deficiência visual e outras dificuldades.

Entre as minhas inquietações, está a maneira de agir de forma mais adequada, útil e ética, quando algum professor ou familiar pede a minha ajuda. Assim, busco interlocuções com outras áreas. Dessa forma, a equipe multidisciplinar, da qual faço parte, é um espaço importantíssimo de intercâmbio de informações sobre o aluno, de modo que ele seja visto dentro de sua peculiaridade e de forma holística, visando práticas pedagógicas que auxiliem ele e o professor no processo didático. É um espaço onde me sinto menos solitária em minha prática, já que nos ajudamos mutuamente.

O mais estimulante é que este desafio é sempre diferente, mesmo que o pedido de ajuda tenha sido igual ao anterior. Cada caso é único, mesmo que através da minha experiência eu já saiba como agir, o que funciona ou funcionou para um caso, pode não funcionar para outro. Estamos lidando com pessoas, com suas histórias e trajetórias que são únicas. Por isso, cada caso mesmo que parecido com algum anterior, é único.

9. De uma forma geral, como você vê o trabalho de pesquisa na área da Psicologia Escolar no âmbito da Educação especializada? Como tem sido a demanda e o interesse dos profissionais por essa área de atuação?

Aqui no Brasil, os profissionais que se destacam nesta área de Psicologia Escolar são Maria Helena Souza Patto, da USP e Vera Vasconcellos, da UFF. Têm destaque também pesquisas na área de orientação profissional e, nesse contexto, o POPI- Programa de Orientação Profissional Intensivo, idealizado por

Eliseu Neto, tem se destacado.

As pesquisas na área da Educação Especializada têm sido realizadas através de um discurso crítico com relação à tendência de transferir as teorias da prática clínica para o contexto escolar, que levou a uma patologização dos processos pedagógicos e abandonou os contextos socioculturais.

Com relação à demanda, esta é grande, no entanto o grande interesse de atuação dos meus colegas é clínico. Até porque a área de Psicologia Escolar é uma especificidade difícil, principalmente se sairmos do contexto patologizante em que o “fracasso escolar” está inserido e pensarmos na Educação em termos socioculturais e na militância na busca de políticas públicas de melhorias das condições educacionais das crianças e jovens deficientes.

O psicólogo escolar tem uma atitude política dentro da instituição, no sentido de que os direitos humanos são os pilares fundamentais e norteadores das práticas psicológicas, cujo aluno é visto como um cidadão.

10. Você teria algum sonho e/ou projeto futuro com relação ao desenvolvimento dos estudos e pesquisas com crianças e jovens com deficiência visual? Para finalizar, deixe alguma mensagem de incentivo, e/ou um conselho, e/ou sugestão, para os profissionais que atuam com jovens e crianças com deficiência visual.

Estou fazendo Mestrado em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social da UERJ. É uma área multidisciplinar cujos profissionais de diversas áreas, tais como médicos, sociólogos, filósofos, antropólogos, psicólogos, entre outros, emprestam seus co-

nhecimentos para que o olhar em torno da saúde seja visto de maneira mais abrangente, sem reducionismo. A saúde, neste campo, é vista como dependente de condicionantes e determinantes sociais. Minha pesquisa é sobre os primórdios do desenvolvimento infantil de crianças cegas congênitas e o modo como acontece esse processo entre os bebês e seus cuidadores. O eixo teórico é a Intersubjetividade. Atualmente, foi criado um GT (grupo temático) sobre deficiência na Saúde Coletiva a nível nacional, na qual eu faço parte. Este espaço será um Lócus de discussão de práticas, teorias e políticas públicas de ações e prevenções.

Tenho vários sonhos e um deles é, um dia, que possamos adotar o Modelo Social da Deficiência. Segundo este modelo a pessoa não é deficiente, ela possui uma lesão que a impede de alguma coisa. Quem determina que ela é deficiente é a sociedade que não fornece políticas públicas que permitam acessibilidade, inclusão, direitos, cidadania e principalmente mudanças de posturas atitudinais das pessoas que vivem na sociedade com relação à deficiência.

Por fim, gostaria de deixar uma reflexão. Quando entrei no IBC, em um dos cursos de que participei, a fala de uma pessoa deficiente visual me marcou bastante. Ele disse que muitas políticas e ações para o deficiente visual são implementadas e eles sequer são consultados, ouvidos e, muitas vezes, nem concordam com elas. Nesse sentido, eu gostaria que a nossa prática fosse norteada pela escuta. Escutem seus alunos, vejam a necessidade deles, procurem buscar o que é importante para eles e não para você. Esta mensagem é um exercício diário para mim também.

SAIBA MAIS

1) Pesquisador: Tainá Bal Bosco Silva

Título da Pesquisa: Psicologia Escolar e Atendimento Educacional Especializado: Conquistas e Limitações Presentes na Legislação

Tipo de Pesquisa: Dissertação

Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás

Resumo: O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, que investigou a legislação brasileira acerca da inclusão a fim de verificar qual é o papel do psicólogo (escolar) proposto na legislação. Foram eleitos os documentos mais expressivos em relação ao tema, sendo eles leis, projetos de leis e decretos. Também foi realizada uma revisão de literatura a fim de apreender a relação sociedade e pessoas com deficiência ao longo do tempo. No pri-

meiro capítulo é apresentado, num primeiro momento, um histórico sobre a deficiência, iniciando nas sociedades primitivas, passando pela Grécia, avançando até a Idade Moderna. Num segundo momento, outro histórico se evidencia: de como eram vistas as pessoas com deficiência no Brasil, os principais marcos históricos desse recorte e a relação com a Psicologia nesse contexto. Por fim, é mostrado o desenvolvimento do ensino especial no estado de Goiás. Evidencia-se, nesse histórico, os momentos de exclusão, segregação, integração e inclusão das pessoas com deficiência. O segundo capítulo, busca explicitar as relações entre Psicologia, Educação e Psicologia Escolar, promovendo uma reflexão inicial sobre políticas públicas. O conceito de formação cultural da Teoria Crítica da Sociedade, Escola de Frankfurt, é funda-



mental para a discussão deste estudo. O último capítulo apresenta uma revisão da legislação brasileira sobre pessoas com deficiência, tendo como ênfase a relação delas com a educação e como ponto de partida a Declaração de Salamanca. Como resultados, é possível afirmar que, de acordo com a legislação vigente, o profissional de Psicologia não tem vínculo com o Atendimento Educacional Especializado, mas é incumbido de acompanhar alunos com necessidades educacionais especiais. Ressalta-se que a figura do psicólogo não é contemplada nos dispositivos legais acerca da Educação no nível federal. O psicólogo escolar só vai aparecer nas legislações estaduais e municipais. A Psicologia, ou torno afins, é referida de três formas na legislação vigente sobre pessoas com deficiência: avaliação da deficiência, tratamento psicológico e para conceituar violência.

2) Pesquisador: Alice Lídia Oliveira Nunes de Souza Marques Dias

Título da Pesquisa: As Estereotipias na Criança Portadora de Deficiência Visual - 2006

Tipo de Pesquisa: Dissertação

Instituição de Ensino: Universidade do Porto – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Resumo: Qualquer pessoa que se relacione ou trabalhe diretamente com crianças deficientes visuais interessa-se pelo conhecimento dos complexos processos cognitivos, comportamentais e motores, que muitas vezes, se manifestam de uma forma aparentemente incompreensível e que tanto vão perturbar, quer a criança quer quem com ela lida habitualmente. A necessidade de estudar os movimentos estereotipados de hábito motor, designados como “blindisms”, foi demonstrada através das dimensões funcionais e sociais que esses movimentos têm na criança cega ou com baixa visão e que, muitas vezes, interferem com o comportamento acadêmico, vocacional e outros atos sociais. Esta realidade despertou uma inquietação pessoal no sentido de aprofundar conceitos e abordagens teóricas ao desenvolvimento das estereotipias, às definições consagradas e mesmo à comparação com outros tipos de deficiências, que incluem, nas suas descrições etiológicas, certas características semelhantes. É também pretensão deste trabalho analisar e refletir alguns aspectos teóricos sobre a evolução dos modelos conceituais e das teorias mais relevantes, assim como as questões metodológicas de pesquisa de “caso único”, perspectivando a implementação de um padrão de intervenção baseado no fundamento da modificação comportamental, usando princípios suficientemente flexíveis, que foquem uma variedade de objetivos, contingências e técnicas. Pretende-se assim dar um contributo positivo para um melhor desenvolvimento e divulgação de estratégias de intervenção, como forma de diminuição ou extinção de “blindisms” nas crianças portadoras de deficiência visual.

3) Pesquisador: Marina Pereira de Souza, Priscila Alcântara Bezerra Silva, Maria Luiza Pontes de França Freitas e Graziela Maria da Silva Gatto.
Título da Pesquisa: Habilidades Sociais, Interação Social e a Inclusão Escolar de uma Criança Cega. Maio/Ago. 2016
Tipo de Pesquisa: Artigo de Revista - v. 29, n. 55, Instituição de Ensino: Revista Educação Especial.

Resumo: O presente artigo tem os seguintes objetivos: (a) analisar o repertório de habilidades sociais e a inclusão escolar de uma criança cega; (b) caracterizar o repertório de habilidades sociais dessa criança; (c) caracterizar a interação social da criança cega no contexto da educação inclusiva. Para atender a esses objetivos foi realizada uma pesquisa qualitativa de delineamento descritivo, através de multimétodos, com estudo de caso com uma criança com cegueira total, de 11 anos de idade, aluna de uma escola regular do sistema público de ensino. Foram realizados registros em vídeo da interação social da criança cega no contexto escolar. Os pais e professores responderam ao inventário SSRS-BR², utilizado para caracterização do repertório de habilidades sociais da criança. Os resultados obtidos apontaram que a criança apresentou um repertório de habilidades sociais médio inferior, com os menores escores relacionados às habilidades de desenvoltura social, assertividade, cooperação e afetividade. Responsabilidade foi a classe de habilidade social mais desenvolvida. Verificou-se que a criança interagia com maior frequência com as professoras e com os colegas da sala de recursos e recusava as iniciativas de interação das crianças visentes. A criança apresentou déficits em algumas classes de habilidades sociais, o que possivelmente interferiu na sua relação com os colegas e, consequentemente, no processo de inclusão. Nesse sentido é importante que estudos mais aprofundados sejam desenvolvidos com crianças deficientes visuais para que se amplie a formulação de práticas pedagógicas que possam estimular o desenvolvimento de habilidades sociais e a promoção de interações sociais satisfatórias no contexto escolar.

4) Pesquisador: Adriano Henrique Nuernberg
Título da Pesquisa: Contribuições de Vigotski para a Educação de Pessoas com Deficiência Visual. Abr-Jun/2008

Tipo de Pesquisa: Artigo de Revista - Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316

Instituição: Revista Psicologia em Estudo.

Resumo: Entre as contribuições da psicologia histórico-cultural de Vigotski para a educação destacam-se aquelas que fazem referência às condições analisadas no contexto da defectologia. Esse artigo identifica algumas destas contribuições para a intervenção educacional junto a pessoas com deficiência. Para tanto, são revisados estudos

fundamentados em Vigotski que apontam subsídios para a educação de pessoas com deficiência intelectual, surdez, surdocegueira, entre outras condições. Com vista a aprofundar os aportes vigotskianos para educação de pessoas com cegueira, analisa-se o concei-

to de sistemas psicológicos e seu valor para a reflexão sobre a intervenção educativa no contexto da deficiência visual. Conclui-se este estudo ressaltando-se que os aportes de Vigotski trazem à tona pistas concretas para a implementação de experiências educacionais que

favoreçam a autonomia e a cidadania das pessoas com deficiência visual.

E NO IBC ?

Kelly Scoralick, na qualidade de pesquisadora, realiza parte do desenvolvimento da Tese do doutorado em Comunicação, do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) do Curso da Pós-graduação em Tecnologias da informação e Comunicação Aplicadas à Educação, intitulada “Celular: um toque para cidadania”. Segundo a autora, “O objetivo primário da pesquisa é apresentar a importância do uso da audiodescrição na televisão e como se pode tornar esse ambiente acessível. Para isso, faremos uma discussão junto às pessoas com deficiência visual em grupos de frequentadores do Instituto Benjamin Constant para perceber quais são as informações visuais que para eles ficam ausentes com o acompanhamento do gênero televisivo sem a utilização do recurso de acessibilidade”. O período previsto para a pesquisa no IBC foi de outubro a dezembro de 2016.

“Sedentarismo – Inactivity and social isolation of Brazilians with a disability: A research on the impact of sports on this phenomenon in combination with

“Olympics”. Segundo a autora, sua pesquisa deseja “investigar e analisar a importância da estimulação precoce ao processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência visual”. O período previsto para a pesquisa no IBC foi de julho de 2016 a setembro de 2016.

“As tecnologias de Informação e Comunicação na formação escolar do aluno com deficiência visual no Instituto Benjamin Constant: utopia ou possibilidade?” é o título da pesquisa para desenvolvimento da dissertação do mestrado elaborada por Marlise Viana Nobrega Campos, professora do IBC e aluna do mestrado na área de Educação do programa de pós-graduação da Universidade Estácio de Sá. Segundo a pesquisadora, essa pesquisa tem por objetivo “Investigar o motivo pelo qual as TIC não são incluídas na formação escolar do aluno com deficiência visual bem como na prática pedagógica em sala de aula do professor no Ensino Fundamental do Instituto Benjamin Constant”. O período previsto para a pesquisa no IBC é de agosto de 2015 a agosto de 2017.

Vânia das Graças Silva Machado Viana, aluna da área de pedagogia da UFRRJ, realiza parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A importância da estimulação precoce ao processo de ensino-aprendizagem do educando com defici-

O QUE HÁ DE NOVO?

Pesquisadores criam aplicativo que descreve ambientes para cegos

Pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, desenvolveram um aplicativo chamado “Olho Eletrônico”, que é capaz de descrever ambientes e ler textos para cegos. O

grupo pretende lançar o sistema de forma gratuita até o fim de 2017 e busca patrocínio para desenvolver um óculos que realize a mesma função, mas sem a necessidade de internet.

O aplicativo funciona da seguinte forma: o usuário aponta a câmera do celular para o local que deseja “enxergar”, toca na tela do celular para acionar o aplicativo e dá o comando de voz dizendo a



palavra "ver". O celular, então, começa a vibrar, o que indica que ele está "interpretando" a imagem captada pela câmera do celular. Após processar as informações, o programa descreve a cena para o usuário através de áudio.

Professor da UFG, Anderson Soares, é um dos desenvolvedores do programa. Ele conta que o grupo se inspirou em outro aplicativo para criar o "Olho Eletrônico". "Esse projeto surgiu inspirado no 'Be My Eyes', no qual uma pessoa cega compartilha, pela internet, uma imagem com alguém que consegue enxergar e essa segunda pessoa dá instruções por meio de áudio para ajudar o deficiente visual. Nossa intenção foi eliminar a necessidade desse colaborador, fazendo com que a inteligência artificial narre as imagens", explicou (ao G1).

Soares afirma que a equipe percebeu que já existia tecnologia desenvolvida que poderia ser aplicada na área, como a usada nos programas de carros autônomos. Além disso, ele conta que grandes empresas de tecnologia da informação estão investindo muito em inteligência artificial, que é usada no aplicativo.

O professor esclarece que, para que o "Olho Eletrônico" seja capaz de entender as imagens e descrevê-las, foi preciso treinar o sistema, oferecendo bancos de imagens já com descrições. Ele relata que o programa já "conhece" 120 mil imagens, mas o objetivo é oferecer cerca de 2 milhões, para que ele possa descrever cenas com mais detalhes e de forma mais precisa.

"Se o usuário pede para o 'Olho Eletrônico' descrever uma sala com pessoas sentadas em uma mesa, por exemplo, o programa busca no treinamento imagens das quais ele já sabe a descrição, compara e interpreta qual delas é a mais parecida com a atual para conseguir entender e descrever essa foto nova", esclarece.

APLICABILIDADE

Ao começar a desenvolver o aplicativo, a equipe procurou o Centro Brasileiro de Reabilitação e Apoio ao Deficiente Visual em Goiânia (Cebrav) para identificar demandas das pessoas cegas que poderiam ser incluídas no programa. A diretora do órgão, Marisa Eugênia Teixeira, conta que ficou animada quando soube

do estudo e acredita que o "Olho Eletrônico" será uma ferramenta muito útil.

"O projeto é importantíssimo. A partir desse aplicativo a pessoa com deficiência vai poder formar imagens mentais em tempo real. Vai ter noção de imagens, objetos, da leitura. Além disso, poderá se locomover com mais segurança. Hoje temos a bengala, mas ela só evita colisão, ao chegar ao ambiente não identifica nada", disse.

A diretora acredita que a principal diferença será para as crianças na escola, já que as impressões em braile são difíceis de conseguir. Segundo ela, somente o Cebrav faz impressões desse material para cegos em Goiás e, como há demanda alta, muitos estudantes demoram a receber o material escolar.

"O aplicativo vai fazer a diferença na vida escolar dos nossos alunos, porque vai permitir que eles leiam, de imediato, o quadro, os livros. Não vão precisar mais levar a centros especializados para transcrever o material", afirmou.

PATROCÍNIO

O doutorando Otávio Calaça é outro pesquisador que participa do projeto e conta que, para criar o sistema, foi preciso uma tecnologia cara. No entanto, após o desenvolvimento e treinamento do programa é possível disponibilizar o aplicativo de forma gratuita.

"O desenvolvimento demanda uma infraestrutura de alto custo, como uma placa que utilizamos que vale U\$ 12 mil. Já os treinamentos demandam tempo. Para ensinar as descrições de 120 mil imagens, por exemplo, é preciso cerca de duas semanas", disse.

Ele afirma que, além do aplicativo, o grupo quer desenvolver óculos que desempenhem a mesma função, mas sem a necessidade de internet. A equipe estima que o que o produto custaria cerca de R\$ 150, mas precisa de patrocínio para transformar o projeto em realidade.

"Os óculos devem ter uma câmera frontal que ficaria 'observando' o ambiente. Eles também seriam equipados com um fone de ouvido. Sempre que o usuário quiser uma informação sobre o ambiente, ele aperta um botão e o sistema fornece a descrição do local. A proposta é desenvolver isso nos próximos dois anos, por isso estamos buscando apoiadores", relatou

o reconhecimento político-social do indivíduo cego e de baixa visão é oferecido também o atendimento em escrita cursiva.

É importante destacar, ainda nessa Divisão, o Programa de Atendimento e Apoio ao Surdocego, que atende às necessidades específicas de jovens e adultos com surdocegueira adquirida antes ou depois da aquisição da linguagem, oferecendo atividades que lhes possibilitem o convívio social participativo. A proposta pedagógica também visa desenvolver gradativamente possíveis aptidões para o mundo do trabalho através de atividades de estimulação visual, práticas desportivas, orientação e mobilidade da vida diária e artesanato.

Respeitando-se as diferenças individuais, a espécie, o grau e o estágio das perdas auditiva e visual, todos são incentivados a utilizar diferentes possibilidades de comunicação. Dentre elas, podemos citar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) tátil (para as pessoas surdocegas) e aproximada (para as pessoas surdas que têm baixa visão), os alfabetos manuais, datilológico e comum, além do método Tadoma e do Sistema Braille.

Entre em contato com a DRT pelo telefone (21) 3478-4416 ou (21) 3478-4417. Se preferir, envie e-mail para dmr@ibc.gov.br.

CULTURA PARA TODOS VEREM

Por Prof. Msc. Flávio França

RAY ROBSON

O filme Ray, a cinebiografia de Ray Charles, pode parecer, num primeiro momento, mais uma biografia filmada de uma personalidade que superou os desafios impostos pela vida e conquistou a redenção. Talvez essa descrição seja um tanto simplista para revelar a complexidade de uma personalidade cativante, repulsiva, brilhante e sim, humana. Dizer que Ray Charles superou os desafios por ser cego, é pouco diante de uma figura que para se fazer impor, precisava estar a dois, três movimentos a mais no jogo de xadrez que é o mundo do milionário mercado fonográfico que então se consolidava nos EUA nos anos do pós-guerra (1945). Não bastasse as dificuldades pelo fato de ser negro, num país ainda marcado pela separação nítida entre a cultura branca "legítima" e a marginalizada "música de negros", Ray Charles precisava se agarrar a cada detalhe que pudesse lhe proporcionar a tal vantagem de dois, três movimentos, como dito acima. Isso, é claro, foi um duro aprendizado. O filme dirigido por Taylor Harkford, e ganhador do Oscar de melhor ator para Jamie Foxx em 2005, além do Oscar técnico de mixagem de som, não doura a pílula para mostrar a competição cínica, que muitos músicos se submetiam para arrancar um naco do cobiçado mundo do show business. Ray aprendeu rápido a deslizar pelas brechas desse mundo para sobreviver. Seu enorme talento e habilidades no piano eram, ao mesmo tempo, um diferencial, mas também uma armadilha pronta para pregar-lhe uma peça. Contemporâneo dos grandes nomes do jazz e do rhythm'n blues americano, Ray foi um dos poucos que conseguiram aliar o tino para negócios com um trabalho excepcionalmente genial. Um dos grandes nomes da música americana desses tempos iniciais (fim dos anos 40) foi Quincy Jones, jovem como Ray, que se tornou um dos expoentes dessa geração. O filme retrata muito bem esse contexto de marginalidade, talento e esperteza, armas para sobreviver. Não havia concessões para Ray que

teve de pegar, literalmente no braço, aquilo que por direito lhe pertencia: seu talento. E foi do jazz ao Soul, ao gospel e ao country, com a mesma habilidade e sempre surpreendendo os profissionais que o cercavam.

Ray Charles perdeu a visão ainda criança, por volta dos sete anos de idade, após a morte do irmão mais novo afogado numa banheira bem diante de si. Isso aconteceu nove meses depois. No filme, a razão aparente para o acometimento da cegueira, foi o trauma causado por essa tragédia familiar. Outra versão, bastante plausível, foi o desenvolvimento de um glaucoma. De origem muito pobre vivendo no estado de Albany, a mãe de Ray não mediu esforços para que ele se virasse, mesmo depois de cego. No filme, num dos momentos mais belos, Ray entra pela porta do barraco que morava com a mãe e cai. Imediatamente, começa a chamá-la e ela, ainda que quisesse ajudá-lo, mantém-se em silêncio, não reproduz nenhum som que pudesse denunciar sua presença. Ray, então se levanta e corre em direção a um grilo e pega-o na mão, ouve o barulho da chaleira e voltasse para a direção do som. De repente, num súbito, todos os sons possíveis de distinguir ao seu redor parecem fervilhar na sua cabeça. Então ele diz para a mãe: Eu sei que você está aí, estou ouvindo sua respiração. No entanto, isso não garantiu que Ray passasse incólume pelo trauma, pelo contrário. A morte do irmão e a sensação apavorante na qual ela se manifestava, acompanhou-o por quase toda a vida. Por essa razão, ou não, o alívio proporcionado pelo uso da heroína, foi uma das fugas possíveis. Ele, já no auge da fama, quando seus discos já haviam atingido o grande mercado musical americano, argumentava que as drogas eram uma forma de tirá-lo da solidão.

Nos anos 60, quando o país fervilha pelos movimentos de afirmação dos negros, Ray Charles retorna a sua terra natal para um concerto. Perguntado por

CONHECENDO O IBC

A Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional (DRT), chefiada por Ana Maria Nóbrega e supervisionado por Mercia Ferreira de Souza, tem como público-alvo as pessoas com mais de 16 anos de idade que se tornaram deficientes visuais no decorrer de suas vidas e aquelas que, mesmo tendo nascido com alguma deficiência, não tenham tido acesso a nenhum programa de atendimento especializado até a idade adulta.

Além do suporte psicológico, os reabilitandos recebem orientação e treinamento em diversas áreas, como: orientação e mobilidade, atividade da vida diá-

ria, leitura e escrita através do Sistema Braille, escrita cursiva, música, cerâmica, educação física, capacitação no uso de softwares desenvolvidos para permitir o acesso conteúdos digitais, como os sistemas dosvox (voz sintetizada) e magic (ampliador de tela para pessoas com baixa visão).

A DRT oferece também o Curso Técnico em Massoterapia, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), além do curso profissionalizante de afinação de piano, encaminhando os concluintes ao mercado e trabalho. Como parte de uma programação que busca



um repórter se não se importava com a segregação racial, Ray Charles mostrou-se indiferente. Mas foi naquele mesmo show, quando um negro foi impedido de se aproximar dele pelo empresário racista local, ele toma uma atitude de enfrentamento e se recusa a fazer o show. Daí em diante, Ray se engaja na luta contra a discriminação racial, o que lhe custou muitos

problemas, mas agregou um respeito ainda maior por parte dos músicos e do público que o admirava. Georgia on my mind, Unchain my heart e I can't stop loving you, entre muitos outros sucessos se tornaram hinos de uma época. Ray Charles faleceu em 10 de julho de 2004, em Los Angeles.

DIVULGANDO

VI CBE – CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO “EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA: PRÁXIS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL”

Em sua 6^a (sexta) edição, tem como objetivo debater, apresentar e divulgar o conhecimento produzido pelas pesquisas sobre políticas, programas e projetos de formação de professores, tanto na formação inicial, quanto continuada. O congresso será realizado nas dependências da UNESP, Câmpus de Bauru, entre os dias 26 a 29 de Julho de 2017, e tem como público alvo: professores e estudantes de pós-graduação e graduação, professores da Educação Básica e demais profissionais e pesquisadores na área da Educação. Tradicionalmente o Congresso conta com a presença de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que discutem diversos temas sobre Educação. Na programação estão previstos simpósios, mesas-redondas, minicursos e sessões de apresentação de trabalhos, bem como algumas sessões de cinema, lançamentos de livros e atividades culturais. Sejam tod@s bem-vind@s!

II SIMPÓSIO ALÉM DO OLHAR: FORMAÇÃO DE CONCEITOS E A DEFICIÊNCIA VISUAL

O simpósio será realizado nas dependências da Universidade Federal Fluminense/UFF, Auditório do bloco H do Campus do Gragoatá, em Niterói, RJ, no dia 11 de Agosto de 2017 de 8:00 as 17:00, e tem como público alvo: professores e estudantes de pós-graduação e graduação, professores da Educação Básica e demais profissionais e pesquisadores na área da Educação. Na programação estão previstos palestras, mesas-redondas, apresentação de pôsteres e do coral do IBC. Mais informações faça contato pelo e-mail alemdoo-lhar2017@gmail.com

ESPAÇO DO LEITOR

Caro leitor, sua participação é muito importante. Envie suas sugestões ou divulgações para o nosso e-mail: boletimcesibc@gmail.com.

EXPEDIENTE

Direção Geral do Instituto Benjamin Constant
João Ricardo Melo Figueiredo

Gabinete do Instituto Benjamin Constant
Érica Deslandes Magno Oliveira

Departamento Técnico Especializado
Ana Luisa Mello de Araújo

Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação
Naiara Miranda Rust

Centro de Estudos e Pesquisas
Edney Dantas de Oliveira
Fábio Garcia Bernardo
Maria Rita Campello
Naiara Miranda Rust
Rachel Maria C. M. de Moraes

Comissão Editorial
Edney Dantas de Oliveira
Flávia Ferreira Pascoalino
Flávio Antônio de Souza França
Isabel Cristina Ribeiro de Mello
Wagner Dias Santos

Diagramação
Nícolas Caldeira Oliveira

Contatos: IBC-DDI
Avenida Pasteur, nº 350, Urca-RJ
Rio de Janeiro
CEP: 22290-240
tel. (21) 3478-4517
Email:
ddicentrodeestudo@ibc.gov.br



Instituto Benjamin Constant
Avenida Pasteur, nº 350,
Urca-RJ
Rio de Janeiro
CEP: 22290-240

Destinatário:

